MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

TC 025.873/2014-8

Tomada de contas especial

Município de Morada Nova/CE

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. Adler Primeiro Damasceno Girão, ex-Prefeito Municipal de Morada Nova/CE (Gestão 2005-2008), instaurada em decorrência da impugnação total das despesas realizadas para execução do Convênio 4647/2004, celebrado com o Fundo Nacional de Saúde – FNS (peça 1, p. 345-359).

2. O convênio tinha como objeto a construção de unidade de saúde orçada em R\$ 88.000,00 (R\$ 80.000,00 de responsabilidade do concedente e R\$ 8.000,00 a título de contrapartida). O Município teria utilizado contrapartida extra no valor de R\$ 39.910,59.

3. Na terceira e última visita, descrita no Relatório de Verificação *in loco* 119-3/2007, a Divisão de Convênios e Gestão do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará constatou a execução de nada menos que 99,2% do objeto (peça 2, p. 128).

4. Apesar das evidências de que o objeto do Convênio foi quase que totalmente executado, o Ministério da Saúde concluiu que as contas **não** poderiam ser consideradas regulares, haja vista as seguintes impropriedades verificadas na prestação de contas: a) não apresentação do alvará de construção, do habite-se, do alvará sanitário de funcionamento, da declaração de cumprimento do objeto, da portaria do atual secretário de obras do Município, da declaração de teste, do termo de garantia das instalações, do relato da atual situação de funcionamento da unidade de saúde e dos comprovantes do recolhimento de impostos no valor de R\$ 7.236,66; b) preenchimento dos campos 9 a 11 do relatório de execução físico-financeiro em desacordo com o plano de trabalho; c) transferência no valor de R\$ 37.040,00 sem comprovante que indique o devido credor; d) recolhimento de INSS no valor de R\$ 582,00 quando o correto seria R\$ 528,00 (peça 2, p. 274 e 302)

5. O responsável foi corretamente citado pela totalidade dos recursos repassados ao Município, entretanto, não apresentou alegações de defesa nem promoveu o pagamento do valor devido (peças 6 e 8). Por conseguinte, **o auditor responsável pela instrução, com a anuência do Sr. Diretor, propõe o julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito e cominação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92** (peça 15, p. 7-8; peça 16).

6. **O Titular da Secex/CE**, considerando, sobretudo, que as falhas são “*pequenas*” e que o objeto do Convênio foi quase que inteiramente executado, **propõe que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-se quitação ao responsável** (peça 17).

7. Compulsando os autos, verifico que, em diversos momentos, o próprio Ministério da Saúde atestou o efetivo funcionamento da unidade de saúde. Assim, por exemplo, nos Pareceres GESCON 3410, de 7/8/2009, e 6079, de 22/10/2009, os técnicos do Ministério opinaram pela execução de 99,2% do objeto e o funcionamento da unidade (peça 12, p. 189 e 198). Os únicos serviços não realizados seriam a instalação de um chuveiro elétrico comum, três tomadas, uma esquadria de madeira/janela de acesso e a colocação de arbustos, algo que não impedia o funcionamento do posto.

8. O Relatório de Verificação *in loco* 119-3/2007 (peça 2, p. 122-164), no mesmo sentido, relata a não instalação dos seguintes itens: esquadria de madeira, chuveiro elétrico, duas tomadas e arbustos. Isso corresponderia a 0,81% do objeto, algo que foi quantificado em

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

R\$ 1.032,35 pelos técnicos do Ministério. Nessa Verificação *in loco*, consta informação no sentido de que a unidade de saúde está em funcionamento, entretanto, a inexecução desses itens prejudica o funcionamento do consultório odontológico.

9. De todo modo, os referidos documentos (Parecer GESCON 3410, Parecer GESCON 6079 e Relatório de Verificação *in loco* 119-3/2007), com as mencionadas ressalvas, atestam que a unidade de saúde está em funcionamento. Sendo assim, entendo que, conquanto esteja devidamente caracterizada e, de certo modo, reflita no mérito das presentes contas, a irregularidade consubstanciada na ausência de documentos não pode fundamentar a existência de prejuízo ao erário. Seriam os seguintes os documentos faltantes: alvará de construção, habite-se, alvará sanitário de funcionamento, declaração de cumprimento do objeto, portaria do atual secretário de obras do Município, declaração de teste, termo de garantia das instalações, comprovantes do recolhimento de impostos no valor de R\$ 7.236,66 e relato da atual situação de funcionamento da unidade de saúde.

10. **A ausência desses documentos não configura a existência de débito, porém, constitui falha que deve motivar ressalva à regularidade das contas.** Para tanto, considero que, embora indique a possibilidade do não cumprimento de algumas obrigações por parte do gestor municipal, tal espécie de impropriedade não redundou na inexecução do objeto do ajuste e não descaracterizou o vínculo entre os recursos desse Convênio e os pagamentos relacionados à construção da unidade de saúde.

11. Haja vista que o Ministério da Saúde constatou a conclusão de 99,2% do objeto, forçoso reconhecer que a quase totalidade dos serviços **previstos no plano de trabalho** foram executados. Dessa forma, identifico como de natureza formal a falha atinente ao preenchimento dos campos 9 a 11 do relatório de execução físico-financeiro em desacordo com o plano de trabalho.

12. Quanto ao recolhimento ao INSS da importância de R\$ 582,00, quando o correto seria R\$ 528,00, penso que a inexpressividade da diferença recomenda que tal impropriedade também deva ser considerada como de natureza formal.

13. No que diz respeito à não apresentação de comprovantes ou justificativas para a transferência no valor de R\$ 37.040,00, em 3/1/2006, importante examinar não apenas os documentos inicialmente enviados pelo Ministério da Saúde, mas também a documentação encaminhada pelo Fundo Nacional de Saúde em razão da diligência promovida pela Secex/CE (peças 5 e 9-14).

14. Consta da peça 11, p. 118, cópia de ofício por meio do qual o responsável, na condição de prefeito municipal de Morada Nova/CE, solicita ao Banco do Brasil a transferência de R\$ 37.040,00 para a conta da construtora contratada, qual seja a Êxito Empreendimentos e Construções Ltda. Não é por menos que, na relação de pagamentos apresentada pela Prefeitura, consta o pagamento à pessoa jurídica Êxito Construções Empreendimentos Ltda. no valor de R\$ 37.040,00, assim como sua vinculação à Nota Fiscal 466, de 3/1/2006.

15. Correspondem à mesma nota fiscal dois outros pagamentos nos importes de R\$ 1.200,00 e R\$ 1.760,00 (peça 11, p. 159). A soma desses três valores (R\$ 1.200,00, R\$ 1.760,00 e R\$ 37.040,00) é R\$ 40.000,00. Causa estranheza que a mencionada impropriedade tenha servido para motivar a instauração desta tomada de contas especial, uma vez que a cópia da Nota Fiscal 466, no valor de R\$ 40.000,00, emitida em 3/1/2006, fazia parte da prestação de contas (peça 2, p. 22).

16. Considerando que a Nota Fiscal 466 e o pagamento no valor de R\$ 37.040,00 encontram-se adequadamente registrados na relação de pagamentos e que consta dos autos

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

cópia da referida nota fiscal, **entendo afastada a impropriedade concernente à falta de justificativas ou de informações acerca da transferência no valor de R\$ 37.040,00.**

17. Voltando à questão da inexecução de 0,8% do objeto, convém destacar que, em valores históricos, segundo cálculo do Ministério, tal impropriedade caracteriza prejuízo aos cofres públicos no valor original de R\$ 1.032,35 (peça 2, p. 12). Ocorre que o gestor promoveu devolução do saldo do Convênio em três oportunidades: R\$ 749,06, em 7/12/2007, R\$ 19,28, em 22/3/2007 e R\$ 3,35, em 25/4/2007. Tendo em vista que, entre as impropriedades remanescentes, a inexecução parcial é, de fato, a única que pode configurar o dano ao erário, e que o responsável promoveu devolução do saldo do ajuste em montante muito próximo ao que corresponderia aos 0,8% de inexecução do objeto, entendo que **os elementos contidos nos autos elidem o dano ao erário.**

18. Pelo exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se no sentido de que seja considerado revel o Sr. Adler Primeiro Damasceno Girão, mas que, com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, sejam **julgadas regulares com ressalva as presentes contas, dando-se quitação ao responsável,**

Brasília, 9 de setembro de 2015.

Sergio Ricardo Costa Caribé
Procurador